

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I – O Estado e o Poder de Tributar

1. O Estado e sua atividade financeira	33
2. O poder de tributar	37
3. Poder e competência	38
4. Atribuição de competência e distribuição de receita	39
5. Os princípios jurídicos da tributação	41
5.1 <i>Legalidade</i>	42
5.2 <i>Anterioridade</i>	45
5.3 <i>Igualdade</i>	48
5.4 <i>Competência</i>	49
5.5 <i>Capacidade contributiva</i>	50
5.6 <i>Vedação do confisco</i>	53
5.7 <i>Liberdade de tráfico</i>	55
5.8 <i>Garantias do contribuinte e tributação extrafiscal</i>	56
6. Tributação e solidariedade social	57
6.1 <i>Solidariedade social como princípio constitucional</i>	57
6.2 <i>Solidariedade e legalidade</i>	58
6.3 <i>Solidariedade e capacidade contributiva</i>	59
6.4 <i>Relativização dos princípios</i>	59
6.5 <i>Solidariedade e gasto público</i>	60

CAPÍTULO II – O Direito Tributário

1. Conceito, denominações e finalidade	61
2. Natureza, posição e autonomia	64
3. Direito tributário, direito financeiro e ciência das finanças	66
4. Tributo: conceito e espécies	68
5. Classificação dos tributos	80
6. Função dos tributos	81

7. Tributo oculto ou disfarçado	82
7.1 <i>Na Teoria Geral do Direito</i>	82
7.2 <i>No Direito brasileiro</i>	82
7.3 <i>Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito brasileiro</i>	83
7.3.1 <i>Valor da outorga</i>	83
7.3.2 <i>Sobrepreço nos monopólios estatais</i>	83
7.3.3 <i>Contraprestação de serviços de uso compulsório ..</i>	84
7.4 <i>Inconstitucionalidade.....</i>	84
7.4.1 <i>Sistema tributário e direitos fundamentais</i>	84
7.4.2 <i>Contrariedade ao sistema</i>	85
8. Regime especial em matéria tributária	85
8.1 <i>Conceito e espécies</i>	85
8.2 <i>Regimes especiais e isonomia</i>	86
8.3 <i>Regimes especiais no plano constitucional</i>	86
8.4 <i>Regime especial de fiscalização e sanção política</i>	87

SEGUNDA PARTE – NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – Legislação Tributária

1. Lei e legislação	91
2. Lei ordinária e lei complementar	92
3. Princípio da legalidade	93
4. Medidas provisórias	96
5. Tratados e convenções internacionais	98
6. Decretos e regulamentos	100
7. Normas complementares	102

CAPÍTULO II – Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

1. Vigência e aplicação	105
2. Vigência da legislação tributária no espaço	106
3. Vigência da legislação tributária no tempo	107
4. Os princípios da anualidade e da anterioridade	108
5. Aplicação imediata	111
6. Aplicação retroativa	113

CAPÍTULO III – Interpretação e Integração da Legislação Tributária

1. Interpretação e integração	117
2. Métodos de interpretação	119

3. <i>Meios de integração</i>	121
4. <i>Posições apriorísticas e o interesse público</i>	124
5. <i>Institutos, conceitos e formas de direito privado</i>	125
6. <i>Interpretação econômica</i>	127
7. <i>Interpretação literal</i>	128
8. <i>Interpretação benigna</i>	130
9. <i>Fontes da interpretação</i>	131
10. <i>Interpretação e aplicação</i>	132
11. <i>Os princípios jurídicos e a interpretação</i>	133

CAPÍTULO IV – Obrigação Tributária

1. <i>Conceito e espécies</i>	137
2. <i>Natureza jurídica</i>	140
3. <i>Fato gerador</i>	141
3.1 <i>Fato gerador da obrigação principal</i>	142
3.2 <i>Fato gerador da obrigação acessória</i>	143
3.3 <i>Fato gerador e hipótese de incidência</i>	143
3.4 <i>Quando se considera consumado o fato gerador</i>	145
3.5 <i>Norma geral antielisão</i>	146
3.6 <i>Negócios jurídicos condicionais</i>	149
3.7 <i>Insubsistência do fato tributável</i>	149
4. <i>Aspectos ou elementos do fato gerador</i>	151
4.1 <i>Aspecto material ou nuclear</i>	151
4.2 <i>Base de cálculo</i>	151
4.3 <i>Alíquota</i>	152
4.3.1 <i>Conceito e importância</i>	152
4.3.2 <i>Alíquotas específica e percentual</i>	153
4.3.3 <i>Alíquotas fixas e variáveis</i>	153
4.3.4 <i>Alíquotas progressivas e regressivas</i>	153
4.3.5 <i>Alíquota zero</i>	154
4.4 <i>Diferimento de incidência</i>	154
5. <i>Sujeito ativo</i>	154
6. <i>Sujeito passivo</i>	158
6.1 <i>Convenções particulares</i>	161
6.2 <i>Solidariedade</i>	162
6.2.1 <i>Benefício de ordem</i>	164
6.2.2 <i>Efeitos da solidariedade</i>	164
6.3 <i>Capacidade tributária</i>	165
6.4 <i>Domicílio tributário</i>	166
7. <i>Responsabilidade tributária</i>	167
7.1 <i>Responsabilidade dos sucessores</i>	169

7.2	<i>Fusão, transformação ou incorporação</i>	172
7.3	<i>Continuação da atividade</i>	173
7.4	<i>Responsabilidade de terceiros</i>	175
7.5	<i>Responsabilidade por infrações. Sua exclusão pela denúncia espontânea</i>	180
7.6	<i>Exclusão da responsabilidade pelo desconhecimento da lei</i>	188

CAPÍTULO V – Crédito Tributário

1.	Conceito	189
2.	Constituição do crédito tributário	191
2.1	<i>Lançamento. Sua natureza. Legislação aplicável</i>	191
2.2	<i>Critérios jurídicos no lançamento</i>	194
2.3	<i>Modalidades de lançamento</i>	195
2.3.1	<i>Lançamento de ofício</i>	195
2.3.2	<i>Lançamento por declaração</i>	196
2.3.3	<i>Lançamento por homologação</i>	197
2.3.4	<i>A jurisprudência do STJ quanto ao lançamento por homologação</i>	199
2.4	<i>Revisão do lançamento</i>	200
2.5	<i>Depósito judicial e lançamento</i>	201
3.	Suspensão do crédito tributário	202
3.1	<i>Moratória</i>	203
3.2	<i>Depósito</i>	206
3.2.1	<i>Ato voluntário e seus efeitos</i>	206
3.2.2	<i>Suspensão da exigibilidade do crédito tributário</i> ..	207
3.2.3	<i>Suspensão da exigibilidade do dever de pagar antecipadamente</i>	207
3.2.4	<i>Montante integral</i>	208
3.2.5	<i>Depósito e consignação em pagamento</i>	208
3.2.6	<i>Procedimento</i>	209
3.2.7	<i>Decadência e prescrição</i>	209
3.2.8	<i>Levantamento ou conversão em renda</i>	210
3.2.9	<i>Depósito e execução fiscal</i>	211
3.2.10	<i>Onde é feito o depósito</i>	211
3.2.11	<i>Depósito como pagamento provisório</i>	211
3.3	<i>Reclamações e recursos</i>	214
3.4	<i>Medida liminar em mandado de segurança</i>	215
3.5	<i>Medida liminar e antecipação da tutela</i>	217
4.	Extinção do crédito tributário	217
4.1	<i>Pagamento</i>	219

4.2	<i>Pagamento indevido. Restituição</i>	223
4.2.1	<i>Extinção do direito à restituição</i>	227
4.2.2	<i>Anulamento de decisão denegatória de restituição</i>	229
4.3	<i>Compensação</i>	230
4.4	<i>Transação</i>	236
4.5	<i>Remissão</i>	236
4.6	<i>Decadência</i>	237
4.7	<i>Prescrição</i>	240
4.8	<i>Conversão de depósito em renda</i>	242
4.9	<i>Pagamento antecipado e homologação do lançamento</i>	243
4.10	<i>Consignação em pagamento</i>	244
4.11	<i>Decisão administrativa</i>	244
4.12	<i>Decisão judicial</i>	245
4.13	<i>Dação em pagamento</i>	245
5.	<i>Exclusão do crédito tributário</i>	246
5.1	<i>Distinções entre isenção, não incidência e imunidade</i>	246
5.2	<i>Isenção</i>	248
5.3	<i>Classificação das isenções</i>	251
5.4	<i>Alíquota zero</i>	253
5.5	<i>Diferimento de incidência</i>	254
5.6	<i>Anistia</i>	254
6.	<i>Garantias e privilégios do crédito tributário</i>	255
6.1	<i>Presunção de fraude</i>	258
6.2	<i>Concurso de preferências</i>	262
6.3	<i>Créditos extraconcursais</i>	262
6.4	<i>Inventário e arrolamento. Liquidações de pessoas jurídicas</i>	264
6.5	<i>Exigência de quitações</i>	264
6.6	<i>Indisponibilidade de bens e direitos</i>	265

CAPÍTULO VI – Administração Tributária

1.	<i>Fiscalização</i>	267
1.1	<i>Sigilo comercial</i>	268
1.2	<i>Dever de informar e sigilo profissional</i>	272
1.3	<i>Sigilo fiscal</i>	273
1.4	<i>Auxílio da força pública</i>	274
1.5	<i>Excesso de exação</i>	276
1.6	<i>Responsabilidade pessoal do agente público</i>	276
2.	<i>Dívida Ativa</i>	277
3.	<i>Certidões negativas</i>	279
3.1	<i>Certidão negativa e pericimento de direito</i>	280
3.2	<i>Certidão negativa e tributo não vencido</i>	283

3.3	<i>Certidão negativa e consignação em pagamento</i>	284
3.4	<i>Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica</i>	284
3.5	<i>Certidões negativas e precatório</i>	285
3.6	<i>Precatórios e compensação</i>	286

TERCEIRA PARTE – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO I – Competência Tributária

1.	<i>Sistema tributário</i>	291
2.	<i>Atribuição de competência tributária</i>	292
3.	<i>Limitações da competência tributária</i>	294
3.1	<i>O âmbito constitucional</i>	295
3.2	<i>Legalidade</i>	296
3.3	<i>Isonomia</i>	297
3.4	<i>Irretroatividade</i>	300
3.5	<i>Anterioridade</i>	301
3.6	<i>Proibição de confisco</i>	302
3.7	<i>Liberdade de tráfego</i>	303
3.8	<i>Imunidades</i>	304
3.9	<i>Imunidade recíproca</i>	305
3.10	<i>Imunidade dos templos</i>	309
3.11	<i>Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos</i>	310
3.12	<i>Imunidade do livro, jornal e periódico</i>	312
3.13	<i>Imunidades dos fonogramas e videofonogramas</i>	314
3.14	<i>Outras limitações</i>	314
4.	<i>Competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios</i>	315
5.	<i>Competência residual</i>	317
5.1	<i>Conceito e limites</i>	317
5.2	<i>Competência residual e adicionais</i>	318
5.3	<i>Competência residual e peculiaridades locais</i>	318
6.	<i>Competência e tributos vinculados</i>	318

CAPÍTULO II – Impostos

1.	<i>Conceito de imposto</i>	321
2.	<i>Classificação dos impostos no sistema tributário brasileiro</i>	323
2.1	<i>Os critérios de classificação</i>	323
2.2	<i>Competência</i>	323
2.3	<i>Forma de quantificação</i>	323
2.4	<i>Imposto proporcional</i>	323

2.5	<i>Imposto progressivo</i>	324
2.5.1	<i>Formas de progressividade</i>	325

CAPÍTULO III – Impostos Federais

1.	<i>Imposto de importação</i>	327
1.1	<i>Competência</i>	327
1.2	<i>Função</i>	328
1.3	<i>Fato gerador</i>	328
1.4	<i>Alíquotas</i>	330
1.5	<i>Base de cálculo</i>	331
1.6	<i>Contribuinte</i>	332
1.7	<i>Lançamento</i>	333
1.8	<i>Considerações especiais</i>	333
2.	<i>Imposto de exportação</i>	333
2.1	<i>Competência</i>	333
2.2	<i>Função</i>	334
2.3	<i>Fato gerador</i>	334
2.4	<i>Alíquotas</i>	335
2.5	<i>Base de cálculo</i>	336
2.6	<i>Contribuinte</i>	337
2.7	<i>Lançamento</i>	337
2.8	<i>Considerações especiais</i>	337
3.	<i>Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza</i>	338
3.1	<i>Competência</i>	338
3.2	<i>Função</i>	338
3.3	<i>Fato gerador</i>	339
3.4	<i>Alíquotas</i>	344
3.5	<i>Base de cálculo</i>	346
3.5.1	<i>Lucro real</i>	346
3.5.2	<i>Lucro presumido</i>	347
3.5.3	<i>Lucro arbitrado</i>	348
3.5.4	<i>Rendimento</i>	350
3.6	<i>Contribuinte</i>	351
3.7	<i>Lançamento</i>	352
3.8	<i>Considerações especiais</i>	353
4.	<i>Imposto sobre produtos industrializados</i>	354
4.1	<i>Competência</i>	354
4.2	<i>Função</i>	354
4.3	<i>Fato gerador</i>	355
4.4	<i>Alíquotas</i>	356

4.5	<i>Base de cálculo</i>	357
4.6	<i>Não cumulatividade</i>	358
4.7	<i>Contribuinte</i>	361
4.8	<i>Lançamento</i>	361
5.	<i>Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários</i>	362
5.1	<i>Competência</i>	362
5.2	<i>Função</i>	363
5.3	<i>Fato gerador</i>	363
5.4	<i>Alíquotas</i>	366
5.5	<i>Base de cálculo</i>	367
5.6	<i>Contribuinte</i>	367
5.7	<i>Lançamento</i>	367
6.	<i>Imposto sobre a propriedade territorial rural</i>	368
6.1	<i>Competência</i>	368
6.2	<i>Função</i>	368
6.3	<i>Fato gerador</i>	369
6.4	<i>Alíquota</i>	371
6.5	<i>Base de cálculo</i>	372
6.6	<i>Contribuinte</i>	372
6.7	<i>Lançamento</i>	373
6.8	<i>Considerações especiais</i>	373
7.	<i>Imposto sobre grandes fortunas</i>	374
8.	<i>Impostos extraordinários</i>	376
8.1	<i>Competência</i>	376
8.2	<i>Fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas</i>	376
8.3	<i>Contribuinte</i>	377
8.4	<i>Lançamento</i>	378
8.5	<i>Supressão gradual</i>	378
9.	<i>Impostos da competência residual</i>	382
9.1	<i>Praxe antiga</i>	382
9.2	<i>Limitações da competência residual</i>	382
9.3	<i>A nova válvula de escape: as contribuições</i>	383

CAPÍTULO IV – Impostos Estaduais

1.	<i>Imposto sobre heranças e doações</i>	385
1.1	<i>Competência</i>	385
1.2	<i>Função</i>	386
1.3	<i>Âmbito constitucional e fato gerador</i>	387
1.4	<i>Alíquotas</i>	389

1.5	<i>Base de cálculo</i>	390
1.6	<i>Contribuinte</i>	390
1.7	<i>Lançamento</i>	391
1.8	<i>Implicações no processo de inventário</i>	391
2.	<i>Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços</i>	392
2.1	<i>Competência</i>	392
2.2	<i>Função</i>	393
2.3	<i>Fato gerador</i>	394
2.3.1	<i>Fato gerador e âmbito do tributo</i>	394
2.3.2	<i>Operações relativas à circulação</i>	397
2.3.3	<i>Mercadorias</i>	399
2.3.4	<i>Prestações de serviços</i>	401
2.3.5	<i>Bens destinados a consumo ou ativo fixo</i>	402
2.3.6	<i>Bens importados mediante “leasing”</i>	403
2.4	<i>Alíquotas</i>	404
2.5	<i>Base de cálculo</i>	407
2.6	<i>Fornecimento de mercadorias com prestações de serviços</i>	408
2.7	<i>Não cumulatividade</i>	409
2.8	<i>Contribuinte</i>	410
2.9	<i>Substituição tributária</i>	411
2.10	<i>Lançamento</i>	412
2.11	<i>Convênios interestaduais</i>	412
2.12	<i>A lei complementar</i>	413
2.13	<i>As imunidades</i>	413
2.13.1	<i>Os semielaborados</i>	414
2.13.2	<i>Operações interestaduais com petróleo, seus derivados e energia elétrica</i>	414
2.13.3	<i>Ouro como ativo financeiro</i>	415
3.	<i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i>	416
3.1	<i>Competência</i>	416
3.2	<i>Função</i>	416
3.3	<i>Fato gerador</i>	416
3.4	<i>Alíquota e base de cálculo</i>	417
3.5	<i>Contribuinte</i>	419
3.6	<i>Lançamento</i>	419

CAPÍTULO V – Impostos Municipais

1.	<i>Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana</i>	421
1.1	<i>Competência</i>	421

1.2	<i>Função</i>	422
1.3	<i>Fato gerador</i>	423
1.4	<i>Alíquotas</i>	424
1.5	<i>Base de cálculo</i>	427
1.6	<i>Contribuinte</i>	427
1.7	<i>Lançamento</i>	428
2.	<i>Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e direitos a eles relativos</i>	428
2.1	<i>Competência</i>	428
2.2	<i>Função</i>	429
2.3	<i>Fato gerador</i>	429
2.4	<i>Alíquotas</i>	431
2.5	<i>Base de cálculo</i>	432
2.6	<i>Contribuinte</i>	432
2.7	<i>Lançamento</i>	433
2.8	<i>Considerações especiais</i>	433
3.	<i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i>	434
3.1	<i>Competência</i>	434
3.2	<i>Função</i>	435
3.3	<i>Fato gerador</i>	435
3.4	<i>Alíquotas</i>	440
3.5	<i>Base de cálculo</i>	440
3.6	<i>Contribuinte</i>	442
3.7	<i>Lançamento</i>	445

CAPÍTULO VI – Contribuições Sociais

1.	<i>Conceito e natureza jurídica</i>	447
2.	<i>Função</i>	448
3.	<i>Espécies</i>	449
3.1	<i>Contribuições de intervenção no domínio econômico</i>	449
3.2	<i>Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i>	451
3.3	<i>Contribuições de seguridade social</i>	452
3.4	<i>Contribuições sociais gerais</i>	455
4.	<i>Competência</i>	455
5.	<i>Contribuintes</i>	456
6.	<i>Alíquotas e bases de cálculo</i>	457
7.	<i>Lançamento</i>	459
8.	<i>Considerações especiais</i>	460
9.	<i>Contribuição de iluminação pública</i>	461

CAPÍTULO VII – **Taxas**

1. Conceito de taxa	463
2. Fato gerador	464
2.1 Poder de polícia	464
2.2 Serviço público	466
3. Base de cálculo	468
4. Competência para instituir e cobrar taxas	469
5. Distinção entre taxa e preço público	470

CAPÍTULO VIII – **Contribuição de Melhoria**

1. Conceito	474
2. Função	476
3. Fato gerador	476
4. Cálculo e limites individual e total	478
4.1 O cálculo	478
4.2 Os limites individual e total	479
5. Requisitos para cobrança	479
6. Lançamento	479
7. Distinção entre contribuição de melhoria e taxa	480
8. Desvalorização do imóvel decorrente de obra pública	481
9. Razões para a não instituição	481

QUARTA PARTE – ESTUDOS COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – **Noções do Processo Administrativo Tributário**

1. Introdução	485
2. Conceito, natureza e espécies	485
3. Determinação e exigência do crédito tributário	486
3.1 Considerações gerais	486
3.2 O procedimento e suas fases	487
3.3 A fase não contenciosa	487
3.4 A fase contenciosa	488
3.5 O arrolamento de bens	493
4. A consulta	494
5. Outros processos administrativos tributários	495
6. Contagem dos prazos	496
7. Recurso hierárquico	497

Capítulo II – **Processo Judicial Tributário**

1. Introdução	501
----------------------------	-----

2. Garantias constitucionais	502
2.1 <i>Inafastabilidade do controle judicial</i>	502
2.2 <i>Contraditório e ampla defesa</i>	503
2.3 <i>Direito à jurisdição</i>	504
3. Espécies de processo	505
3.1 <i>Processo de conhecimento</i>	505
3.2 <i>Processo de execução</i>	506
3.3 <i>Processo cautelar</i>	506
4. Ações de iniciativa do Fisco	506
4.1 <i>Execução fiscal</i>	506
4.2 <i>Cautelar fiscal</i>	511
4.3 <i>Ação rescisória</i>	511
4.4 <i>Ação anulatória de decisão administrativa favorável ao contribuinte</i>	512
5. Ações de iniciativa do contribuinte	513
5.1 <i>Ação anulatória de lançamento tributário</i>	513
5.2 <i>Ação declaratória</i>	513
5.3 <i>Ação de consignação em pagamento</i>	514
5.4 <i>Ação de repetição do indébito</i>	514
5.5 <i>Mandado de segurança</i>	516
5.6 <i>Ação rescisória</i>	518
5.7 <i>Reclamação ao STF</i>	518
6. Ações de controle de constitucionalidade	519
6.1 <i>O controle de constitucionalidade pelo Judiciário</i>	519
6.2 <i>Ação direta de inconstitucionalidade</i>	521
6.3 <i>Ação declaratória de constitucionalidade</i>	522
6.4 <i>Diferença entre as ações de controle de constitucionalidade ...</i>	523
7. Ações da coletividade	523
7.1 <i>Ação popular</i>	523
7.2 <i>Ação civil pública</i>	524

CAPÍTULO III – Ilícito Tributário

1. Ilícito e sanção	527
2. Ilícito administrativo tributário	528
3. Ilícito penal tributário	529
3.1 <i>Precedentes</i>	529
3.2 <i>Crimes contra a ordem tributária</i>	530
3.2.1 <i>Os tipos e as penas</i>	530
3.2.2 <i>Interpretação benigna</i>	531

3.3	<i>Apropriação indébita</i>	531
3.3.1	<i>Precedentes</i>	531
3.3.2	<i>Não recolhimento de tributo</i>	533
3.3.3	<i>Tipo novo e prisão por dívida</i>	534
3.3.4	<i>Contribuição previdenciária e sistema de informações</i>	536
3.3.5	<i>Inexigibilidade de outra conduta</i>	537
4.	<i>Sanção administrativa e sanção penal</i>	537
5.	<i>A questão da responsabilidade penal</i>	538
6.	<i>Sanções pessoais e patrimoniais</i>	539
7.	<i>Solução adequada</i>	540
8.	<i>Sanções políticas</i>	540
9.	<i>Extinção da punibilidade pelo pagamento</i>	542
9.1	<i>No âmbito penal</i>	542
9.2	<i>No âmbito administrativo</i>	543
10.	<i>Exclusão da punibilidade</i>	544
11.	<i>Prévio exaurimento da via administrativa</i>	544
12.	<i>Crime de supressão ou redução de tributo e imunidade</i>	546
12.1	<i>Elemento essencial do tipo</i>	546
12.2	<i>Fatos relativos a entidade imune</i>	547
13.	<i>Crimes contra a ordem tributária e interpretação da lei tributária</i> ...	547
	<i>Bibliografia</i>	549
	<i>Índice alfabético</i>	571